

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 196, de 2022, do Senador Jaques Wagner, que solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia *sobre a barragem de rejeitos da mina Morro do Ouro, da mineradora canadense Kinross, em Paracatu, nordeste de Minas Gerais.*



SF/22102.66403-05

Relator: Senador **ROMÁRIO**

I – RELATÓRIO

O Senador Jaques Wagner solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF) e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sobre a barragem de rejeitos Eustáquio, da mina Morro do Ouro, em Paracatu, nordeste de Minas Gerais.

O Senador Jaques Wagner relata que o estado de Minas Gerais tem sido atingido por chuvas intensas desde o início do ano e que a barragem Eustáquio, da mineradora canadense Kinross, representa um risco potencial catastrófico, capaz de destruir toda a vida no Rio São Francisco. A referida barragem, segundo o autor, possui capacidade de armazenamento 60 vezes maior do que a barragem da mineradora Vale rompida em Brumadinho em janeiro de 2019.

O Requerimento nº 196, de 2022, dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia, solicita as seguintes informações:

1. Qual a atual situação da barragem de Eustáquio, frente à emergência climática decorrente das altas precipitações;
2. Quais as medidas emergenciais tomadas e o grau atual de risco desta barragem; e

3. Qual o prazo e processo de descomissionamento implementado nesta barragem.

II – ANÁLISE

Está entre as competências do Congresso Nacional a fiscalização dos atos do Poder Executivo, inclusive os realizados pela administração indireta, conforme o art. 49, inciso X, da CF. Ou seja, os atos que envolvem os setores regulados pelo Ministério de Minas e Energia são passíveis de fiscalização pelo Senado Federal.

A Mesa do Senado Federal pode requerer informações por escrito a Ministros de Estado, nos termos do § 2º do art. 50 da CF. Essas proposições foram normatizadas pelos arts. 215 e 216 do RISF, que atribuem à Mesa a decisão quanto aos requerimentos de informações a Ministros de Estado sob o fito de esclarecer temas submetidos à apreciação do Senado Federal. Além disso, o requerimento em análise está de acordo com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina a tramitação de requerimentos de informação nesta Casa.

Dessa forma, o Requerimento nº 196, de 2022, não apresenta qualquer óbice constitucional, jurídico ou regimental, podendo ser submetido para decisão da Mesa.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 196, de 2022.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

